

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E EDUCAÇÃO

BIANCA LORENZI DAN

**A ABORDAGEM DA TEMÁTICA SOBRE VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS**

ARARAS
2022

BIANCA LORENZI DAN

**A ABORDAGEM DA TEMÁTICA SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientação: Prof.^a Dra. Elaine Gomes
Matheus Furlan

Araras
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Monografia da candidata Bianca Lorenzi Dan, realizada em 14/09/2022:

Prof^a. Dra. Elaine Gomes Matheus Furlan
Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências Agrárias

Prof^a. Dra. Isabela Custodio Talora Bozzini
Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências Agrárias

Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto
Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências Agrárias

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus queridos pais, Renata Lorenzi e Wilson Dan, por não medirem esforços para que eu pudesse me dedicar aos estudos, mesmo com todas as dificuldades. Graças a vocês, o meu sonho se tornou realidade. Obrigada também por todo amor e apoio.

Às minhas queridas irmãs, Loyane Dan e Lívia Dan. Loyane, por sempre me incentivar a correr atrás dos meus sonhos, pela parceria de toda a vida, por todo apoio, amor, cumplicidade e por segurar a barra quando eu me ausentei. Lívia, pelo companheirismo e união estabelecidos durante esses anos, e também por todo amor.

Aos meus avós, Rosalina Merlotto e Anésio Dan, ao meu tio, Brás Dan, e às minhas tias, Antônia Dan e Áurea Dan, por ajudarem na minha estadia e por tornarem a minha conclusão do curso possível.

À minha orientadora, Elaine Furlan, por ter aceitado realizar essa pesquisa comigo, por toda a atenção e todas as orientações prestadas. O seu auxílio foi imprescindível para a conclusão deste trabalho.

À banca examinadora, pela disponibilidade e atenção.

Por fim, a todos os professores que cruzaram o meu caminho e contribuíram para o meu crescimento acadêmico.

"Só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca".

(Darcy Ribeiro)

RESUMO

O Brasil apresenta dados alarmantes de violência sexual contra crianças e adolescentes. Diversos são os estudos que evidenciam o papel fundamental que a escola exerce no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e é, principalmente, a partir dos professores que as ações de enfrentamento se concretizam, a partir do compromisso legal de denunciar os casos que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, no entanto, estudos evidenciam o despreparo dos professores para lidar com a situação. O presente estudo teve como objetivo analisar a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das instituições de ensino superior públicas do estado de São Paulo, bem como verificar as condições de atuação dos futuros professores no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para tanto, a metodologia adotada foi tanto a análise documental dos projetos pedagógicos dos referidos cursos, quanto a análise das percepções dos discentes que se encontram no último ano dos respectivos cursos. O recorte da pesquisa contou com 28 cursos inseridos na pesquisa documental e a participação de 20 estudantes, respondentes de um formulário online, representando 11 cursos. Os dados obtidos evidenciam que a abordagem da temática de violência sexual pouco aparece nos currículos dos cursos. De modo geral, os participantes apresentam conhecimentos sobre o fenômeno e sobre o papel do professor diante da situação de violência sexual, como o papel de identificar os sinais de violência, denunciar e fornecer educação em sexualidade como ferramenta de prevenção. Contudo, estes conhecimentos se mostram superficiais quando se trata da identificação e de encaminhamentos adequados dos casos. Segundo os próprios participantes, eles se sentem despreparados para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por conhecimento insuficiente sobre o tema e a legislação, pela ausência da temática durante a graduação, por não saber como agir e auxiliar as vítimas e por não saber reconhecer os sinais apresentados por elas. Diante do exposto, reforçamos a necessidade da inserção da temática nos currículos e de uma abordagem sólida dela para preparar os futuros professores para a prevenção e o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Violência sexual; Formação inicial; Crianças e adolescentes; Ciências Biológicas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas em instituições de ensino superior públicas no estado de São Paulo.	24
Quadro 2. Projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas disponíveis na internet.	27
Quadro 3. Quantidades de contatos realizados com as coordenações de curso para solicitar a divulgação da pesquisa aos estudantes público-alvo.	28
Quadro 4. Quantidade de participantes por instituição de ensino e curso.....	30
Quadro 5. Categorias referentes aos PPC.	31
Quadro 6. Categorias referentes à participação dos estudantes.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIVESP	Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	12
E A FORMAÇÃO DOCENTE?.....	16
OBJETIVO GERAL.....	19
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
O PERCURSO DA PESQUISA.....	20
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXO A – Questionário.....	61
PARECER APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA.....	63

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes perpassa todos os espaços sociais e classes econômicas, e é marcado por relações assimétricas de poder, nas quais o autor é alguém com mais “poder” e é autorizado social e culturalmente a impor os seus desejos sobre a vítima (SANTOS, 2011; VAGLIATI, 2014).

O Brasil apresenta dados alarmantes de violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo os dados do Disque Direitos Humanos — Disque 100 (BRASIL, 2019a), houveram 17.029 registros de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2019. Destes, 40% dos casos tiveram como autores da violência pais e padrastos da vítima. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BUENO; LIMA, 2021), que apresenta dados mais abrangentes em relação ao Disque 100, dos 60.926 registros de casos de estupro em 2020, em 43,9% dos casos as vítimas tinham entre 10 e 17 anos. Vale ressaltar que estudos avaliam que apenas 10% a 15% dos casos são registrados (BRINO; WILLIAMS, 2003) e que o estupro é apenas uma das várias formas de violência sexual.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, em conjunto com outras normas e acordos internacionais, o abuso e a exploração sexual passaram a ser considerados como violações aos direitos humanos (SANTOS; IPPOLITO, 2011). Como apontado por Gagliotto e Vagliati (2014, p. 7-8), “a escola é elencada como um espaço efetivo para a construção da cidadania, com vistas na garantia e no respeito aos Direitos Humanos”, sendo assim, as autoras ressaltam que a escola é um local favorável para a efetivação de ações que buscam a prevenção e o combate à violência sexual.

Diversos estudos evidenciam o papel fundamental que a escola exerce no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Martelli (2013) e Leão (2012) apud Leão e Muzzeti (2018) destacam que a educação em sexualidade nas escolas é uma possibilidade de proteção às vítimas e de prevenção da violência sexual, visto que a informação e o conhecimento sobre o assunto possibilitam aos alunos entenderem o que é esta violência; quais são as suas diferentes formas; o que é um ato suspeito e quais são os seus direitos. Crianças e adolescentes bem

informados e capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto são menos vulneráveis à violência sexual (BRINO, WILLIAMS, 2008; SPAZIANI, MAIA, 2015).

Santos et al. (2018) e Zuliani, Manarin e Gagliotto (2017) apontam a escola como um espaço favorável à prevenção, detecção e intervenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, pois é na escola que a vítima vai manifestar um “pedido de socorro” e o professor, devido ao contato direto e frequente com a vítima, possui a oportunidade de observar os sinais no comportamento dos seus alunos. Segundo Faleiros e Faleiros (2008), também é função da escola oportunizar aos seus alunos condições de pleno desenvolvimento escolar, mental, psicológico, sexual, moral e social.

Diante dessas condições — e outras que aqui não se esgotam — que tornam a escola um espaço favorável para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a escola pode contribuir tanto na prevenção primária quanto na prevenção secundária desta violência. A prevenção primária engloba ações que objetivam eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem a violência contra crianças e adolescentes; já a prevenção secundária objetiva identificar precocemente as crianças e os adolescentes em situação de risco para evitar que a violência aconteça e/ou se repita (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

O professor é uma peça-chave para efetivar a atuação da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. É, principalmente, por meio dele que as ações de enfrentamento se concretizam. Como destacado por Santos et al. (2018, p. 132), os professores podem contribuir “decisivamente para o estabelecimento de práticas educativas que ensejem discussões, atitudes e a construção de posicionamentos refratários às violências simbólicas, às discriminações, aos preconceitos, à violação da dignidade humana”. Ademais, o professor deve ser capaz de identificar e prevenir a violência sexual, escutar a vítima e proceder a um encaminhamento mais adequado para a situação (VAGLIATI, 2014). O educador possui papel fundamental no processo de prevenção e acolhimento da vítima, visto que, em alguns casos, ele pode ser a única pessoa capaz de protegê-la, ainda que seja por meio de denúncia (INQUE; RISTUM, 2008).

Conforme disposto no art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o professor tem o compromisso legal de “comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente”, sendo passível de multa em caso de omissão. Embora exista essa obrigação legal em denunciar os casos, diversos estudos evidenciam a falta de conhecimento e/ou despreparo dos professores a respeito da violência sexual, como os estudos de Brino e Williams (2003); Brino e Williams (2008); Cordeiro et al. (2020); Gagliotto e Vagliati (2014); Gonçalves (2014); Inque e Ristum (2008); Martelli (2013); Santos (2011); Vagliati e Calsa (2016); Zuliani, Manarin e Gagliotto (2017).

Diante de toda a problemática brevemente exposta, nota-se a importância dessa temática estar presente na formação de professores e a urgência em inseri-la no currículo dos cursos de licenciaturas que ainda não a possuem, visto que, como constatado por Santos (2011), Gagliotto e Vagliati (2014) e Libório e Camargo (2006), grande parte dos licenciandos/licenciados não têm/tiveram contato com a temática em nenhuma disciplina durante a graduação. Este dado preocupante evidencia a negligência na formação dos educadores a respeito deste fenômeno, contribuindo para o silenciamento e a invisibilidade da violência sexual no âmbito escolar (SANTOS et al., 2018). Além disso, o conhecimento sobre o que os cursos de licenciaturas têm feito para garantir uma sólida formação de seus alunos é escasso (SANTOS, 2011).

Como apontado, devido à complexidade do fenômeno exposto e da grande incidência dele contra crianças e adolescentes, fica evidente a importância do papel da escola e do professor na prevenção da violência sexual. Porém, sabe-se que existe uma falta de preparo destes profissionais diante da temática, o que torna esse problema ainda mais grave. Dessa forma, esta pesquisa focaliza a uma problemática que se desdobra nas seguintes questões de pesquisa: os cursos de licenciaturas em Ciências Biológicas estão incluindo essa temática em seus currículos? Se sim, como estão fazendo a abordagem da temática? Os licenciandos, futuros professores, conhecem o seu papel diante do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e se sentem preparados para enfrentá-la?

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A história social da infância aponta que as crianças sempre foram vitimizadas por diversas formas de violência, seja devido às concepções autoritárias e repressoras que, por muito tempo, orientaram as posturas educativas, seja pela ausência de políticas públicas de proteção às crianças e adolescentes (SANTOS, 2011). Em virtude da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no início da década de 1990, a violência sexual contra crianças e adolescentes ganhou evidência e começou a ser tratada como um problema para além do âmbito familiar (VAGLIATI, 2014). Isso se deve ao fato de que, como estabelecido pelo ECA, toda a sociedade deve proteger e garantir os direitos das crianças e dos adolescentes (VAGLIATI, 2015).

A violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser definida como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (MYRE, 1986 apud AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 42, grifo nosso), podendo ocorrer com contato físico (por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros) ou sem contato físico (por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada), e com ou sem o uso de força física (AZEVEDO, GUERRA, 1989; FALEIROS; FALEIROS, 2008)

No Brasil, esses diversos tipos de violência costumam ser classificados em dois grupos: o abuso sexual e a exploração sexual (LANDINI, 2011). Abuso sexual é qualquer forma de contato e interação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, em que o adulto ocupa uma posição de autoridade ou poder e utiliza-se dessa condição para estimulação sexual própria, para estimulação da criança ou adolescente ou de terceiros (SANTOS; IPPOLITO, 2011). Para que o agressor consiga a satisfação sexual sem utilizar a força, evitando, assim, deixar marcas na vítima, o abuso está ligado à sedução (PAIXÃO; SOUZA NETO, 2020). O abuso sexual pode ser classificado em extrafamiliar — quando é cometido por pessoa que não possui laços familiares ou de responsabilidade com a vítima, em intrafamiliar — quando é cometido por pessoa que possui laços familiares com a vítima, e em

institucional – quando é cometido em instituições responsáveis por prover cuidados substitutivos aos da família ou em instituições de aplicação de medidas privativas de liberdade (LANDINI, 2011).

Já a exploração sexual é a utilização sexual da vítima para a obtenção de lucro, troca ou vantagem (LAVAREDA; MAGALHÃES, 2015), ou seja, envolve alguma forma de comércio entre as partes (LANDINI, 2011). A prostituição, a pornografia, o turismo sexual e o tráfico para fins sexuais são formas de exploração sexual de crianças e adolescentes (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Santos (2007) apud Landini (2011, p. 48-49) aponta algumas diferenças que merecem destaques entre a caracterização do abuso e da exploração sexual:

No caso do abuso sexual, a maioria das vítimas são crianças com até 12 anos na época em que se inicia o abuso, que pode durar anos; os autores são pessoas de confiança das vítimas (pais, padrastos, parentes, amigos etc.); o abuso normalmente ocorre na casa da criança ou adolescente ou em suas circunvizinhanças; o autor geralmente atua sozinho, sem a ajuda de intermediários e não há transação comercial, ainda que possa ser dada alguma forma de recompensa material. Já a exploração sexual está mais relacionada a adolescentes; os envolvidos são geralmente pessoas mais distantes que possuem relacionamento indireto com os(as) adolescentes, embora possam também ser seus conhecidos; ocorre frequentemente fora da residência da criança/adolescente e há a transação comercial, bem como a possível participação de outros agentes tais como traficantes de drogas, cafetões, motoristas de táxi etc.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, desenvolveu um estudo que reúne uma análise inédita dos dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, a partir das informações dos registros de ocorrências das polícias e de autoridades de segurança pública das 27 unidades da federação (UNICEF, 2021). De acordo com este estudo, entre 2017 e 2020, houve um total de 179.278 casos registrados de estupro e estupro de vulnerável entre as vítimas de 0 a 19 anos, sendo a maioria na faixa etária de 10 a 14 anos.

Existe um padrão no sexo das vítimas de estupro: em todas as faixas etárias, a maioria das vítimas é do sexo feminino. Isso demonstra que a violência sexual também é uma violência de gênero, a qual “é formada por representações

historicamente construídas das posições diferentes e assimétricas que homens e mulheres mantêm na sociedade brasileira” (SCHREINER, 2008 apud VAGLIATI; CALSA, 2016, p. 1). As questões de gênero também se manifestam no fato dos homens serem os autores mais comuns da violência sexual, o que pode ser um reflexo da educação que homens recebem “para o exercício do poder e para ter os seus desejos atendidos, em detrimento do bem-estar das identidades consideradas subalternas” (SPAZIANI; VIANNA, 2020, p. 10).

Quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, é difícil avaliar a extensão do problema porque “não existem estatísticas sobre o número de crianças e adolescentes envolvidos em prostituição no Brasil” (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 117).

A subnotificação dos casos de violência sexual é altíssima e há uma série de fatores envolvidos nesta questão. Os abusos sexuais são comumente mantidos em segredo. As razões para a manutenção do segredo, tanto por parte da vítima quanto de membros da família, abrangem estigmatização social; dificuldades materiais e emocionais decorrentes do divórcio; sentimento de responsabilidade por parte da vítima quando ocorre a prisão do pai; medo do abandono; medo de ser responsabilizada pela violência ocorrida; concepção da família como algo sagrado, em que os pais só querem o bem para os filhos (LANDINI, 2011; SANTOS, IPPOLITO, 2011). O fato de o abuso ocorrer quando a criança ou adolescente e o abusador estão a sós favorece o segredo, ainda mais quando o abusador usa ameaças sérias para manter a vítima calada (LANDINI, 2011).

De acordo com Santos e Ippolito (2011, p. 14), “a violência sexual é uma ameaça à sobrevivência, ao bem-estar e ao futuro de crianças e adolescentes e pode trazer graves consequências para seu desenvolvimento, sua saúde e sua capacidade de aprendizagem”. Para Faleiros e Faleiros (2008), a violência sexual viola os direitos humanos universais e os direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento, como o direito à integridade física e psicológica; ao respeito; à dignidade; ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio e à proteção integral.

Dentre as inúmeras consequências, as vítimas podem apresentar lesões genitais e anais; infecções sexualmente transmissíveis; medo ou pânico; depressão;

ansiedade; transtorno do estresse pós-traumático; crenças distorcidas de culpa; desconfiança; dificuldade de concentração; baixo rendimento escolar; comportamento autodestrutivo ou suicida etc. (BORGES, DELL'AGLIO, 2008; HABIGZANG et al., 2008; SANTOS, IPPOLITO, 2011).

Além disso, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual podem se tornar autores de abuso sexual futuramente, pois quando sofrem tal violência e não recebem ajuda, internalizam a agressão como algo aceitável e acabam perpetuando a espiral da violência (SANTOS, IPPOLITO, 2011). Segundo os autores, daí a importância da escola na criação de um ambiente de acolhimento, que possibilite a escuta dessas vítimas. Para tal, é importante que os professores conheçam as dimensões do fenômeno e saibam como enfrentá-lo (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

E A FORMAÇÃO DOCENTE?

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) é o documento que orienta a organização das políticas públicas educacionais no Brasil e as diretrizes curriculares para a formação de professores devem estar articuladas a ele (VEIGA; MEA; SILVA, 2017). Segundo Vitor, Maistro e Tsuzuki (2021), no PNE fica evidenciado o papel que as escolas possuem no combate às diferentes formas de violências, indicando a necessidade de:

(...) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014, não paginado).

Embora essa seja uma preocupação importante e um avanço no tocante ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso destacar que o PNE foi construído no contexto de fortalecimento de movimentos ultraconservadores, como o movimento Escola sem Partido, e, com isto, é um documento sem ênfase para o trabalho com assuntos relacionados à sexualidade, tendo tópicos de orientação sexual e gênero retirados de seu texto (SANTOS; CERQUEIRA-SANTOS, 2021). Dessa forma, a abordagem da sexualidade no PNE se restringe apenas ao controle da violência sexual e perde o seu caráter educativo, visto que não abrange as compreensões acerca da violência sexual em sua constituição social e histórica, bem como não abrange discussões sobre a diversidade sexual e de gênero (NASCIMENTO; CHIARADIA, 2017 apud SANTOS; CERQUEIRA-SANTOS, 2021).

No ano seguinte à publicação do PNE 2014-2024, tem-se a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução nº 2 de julho de 2015). Essas diretrizes indicam, pela primeira vez, que temas relacionados às questões de gênero e sexualidade sejam contemplados na formação docente (MACHADO; NARVAES; OLIVEIRA, 2021). De acordo com o documento, os currículos dos cursos

devem contemplar conteúdos relacionados aos direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero e sexual, dentre outros (BRASIL, 2015). Embora a temática de violência sexual não seja abordada de forma direta nas DCNs, as temáticas direitos humanos e diversidade de gênero servem de alicerce para a discussão dessa forma de violência.

Ademais, as DCNs 2015 almejam que os egressos dos cursos estejam aptos a “identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas” (BRASIL, 2015, p. 8). Com isso, nota-se, por parte dessas políticas públicas de formação docente, uma preocupação com questões referentes à necessidade dos professores em saber identificar e solucionar problemas gerados a partir das relações socioculturais (VITOR; MAÍSTRO; TSUZUKI, 2021).

Atualmente, está em vigor a Resolução CNE nº 2, de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Nessas diretrizes, seguindo a onda de retrocessos e de conservadorismo que aflige a educação, retiram-se as expressões referentes à educação em sexualidade, como diversidade de gênero e sexual (GOMES, ZENAIDE, 2020; VITOR, MAÍSTRO, TSUZUKI, 2021). Dessa forma, a ausência da temática sexualidade no documento confere a ela um aspecto arbitrário, deixando a formação inicial docente à mercê do bom senso das instituições formadoras quanto à inclusão da temática em seus currículos (VITOR; MAÍSTRO; TSUZUKI, 2021).

Um aspecto positivo é que essas diretrizes mantêm a preocupação com o respeito aos direitos humanos como fundamentos pedagógicos dos cursos e apresentam como competências gerais docentes “exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos” (BRASIL, 2019b). Assim como nas diretrizes anteriores, essas questões dão abertura para que a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes seja abordada na formação docente.

Tal qual o PNE 2014-2024, as DCNs de 2019 apresentam uma preocupação com a questão da violência, compreendendo como competência imprescindível aos egressos dos cursos a habilidade de atentar-se às diferentes formas de violência física e simbólica (VITOR; MAÍSTRO; TSUZUKI, 2021). Apesar do enfoque ser as violências física e simbólica, a violência física pode estar presente na violência sexual contra crianças e adolescentes, o que pode colocar a violência física como um pilar para a abordagem da violência sexual, contudo, novamente, ressalta-se aqui o caráter arbitrário da abordagem.

Embora essa questão seja um avanço, o enfoque apenas na violência é insuficiente para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. A supressão da discussão de sexualidade e gênero na formação docente pode resultar na supressão da discussão de sexualidade e gênero nas escolas, em vista do despreparo dos profissionais. Como abordado por Spaziani e Vianna (2020, p. 15):

O cerceamento da discussão de gênero na escola, sob forma da retórica de que a categoria gênero seria uma temível “ideologia de gênero”, tem como consequência a limitação das ações de prevenção e proteção à violência sexual contra crianças que, provavelmente, se restringirão a ensinar à criança sobre a autoproteção, ou seja, a reconhecer e a recusar abordagens coativas e inadequadas. Isso, desarticulado das discussões de gênero, pode delegar às crianças a responsabilidade por sua proteção, negligenciando a busca por mudanças nos aspectos estruturais que promovem essa violência, seja por não desconstruir as normas de gênero que favorecem a ocorrência dessa violência, como pelo fortalecimento da representação da família como sagrada e única responsável pela criança, dificultando as denúncias de violência sexual que ocorrem nesse ambiente.

Assim, a resistência à abordagem de gênero nos currículos compõe um aspecto dificultador, visto que impossibilita o diálogo dos professores sobre essas questões ou até mesmo pode gerar uma compreensão de que determinados assuntos são responsabilidades das famílias, afastando, assim, as responsabilidades da educação quanto ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (SPAZIANI; VIANNA, 2020).

OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das instituições de ensino superior (IES) públicas e gratuitas do estado de São Paulo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar se a temática de violência sexual consta nos projetos políticos pedagógicos dos cursos;
- b) Analisar como os cursos abordam a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- c) Mapear o conhecimento dos discentes a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes e do papel do professor diante desta forma de violência;
- d) Analisar se os alunos de graduação, futuros professores de Ciências e/ou Biologia, se sentem preparados para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- e) Verificar as condições da atuação dos futuros professores no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na opinião dos licenciandos.

O PERCURSO DA PESQUISA

Para atender aos objetivos deste estudo, pautou-se na abordagem qualitativa de pesquisa e na pesquisa documental, cuja análise dos documentos “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE; ANDRÉ, 2012, p. 38).

Desta forma, a metodologia adotada foi tanto a análise documental dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas das IES públicas localizadas no estado de São Paulo, quanto a análise das percepções dos discentes que se encontram no último ano dos respectivos cursos. A escolha deste estado se deu devido a este apresentar o maior índice de registros de estupro e tentativa de estupro — 11.023 registros (em números absolutos), de acordo com os dados de 2020 divulgados pelo Anuário de Segurança Pública (BUENO; LIMA, 2021) —, que representa a forma mais cruel de violência sexual.

Quanto ao desenvolvimento da pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos:

Etapa 1: Mapeamento dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas presentes nas instituições de ensino superior públicas e gratuitas do estado de São Paulo. Este mapeamento foi realizado a partir do Sistema e-MEC. Para chegar aos cursos alvos deste estudo, utilizou-se, no Sistema e-MEC, a opção de consulta avançada e foram aplicadas as seguintes variáveis: curso de graduação; curso: Ciências Biológicas; UF: São Paulo; gratuidade do curso: sim; grau: licenciatura; situação: em atividade.

Etapa 2: Coleta dos projetos pedagógicos dos cursos, a partir de busca realizada no Google ou nos sites das instituições de ensino e, posteriormente, mediante contato por e-mail com os coordenadores dos cursos.

Etapa 3: Coleta das percepções dos estudantes, a partir de um formulário online. O formulário foi divulgado aos estudantes, que se encontram no último ano do curso, pelas coordenações dos referidos cursos.

Etapa 4: Apresentação e discussão dos resultados buscando uma aproximação entre a literatura e os resultados encontrados neste estudo.

Para a análise dos dados, tanto dos PPCs quanto das respostas do formulário, pautou-se na análise textual discursiva (ATD), visando “produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” estudados (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 33). Para tal, seguiu-se o ciclo de operações proposto por Moraes (2003), sendo ele: 1. processo de unitarização, para examinar os dados em seus detalhes a fim de atingir as unidades constituintes, referentes aos fenômenos estudados; 2. categorização, que implica na construção de relações entre as unidades de base para classificá-las em categorias; 3. captação do novo emergente, cuja impregnação atingida pelos processos anteriores emergirá novas compreensões do todo; e por fim, este ciclo resultará em um metatexto que possibilitará “expressar as compreensões alcançadas ao longo da análise” sobre o fenômeno investigado (MORAES; GALIAZZI, 2016, p.35), que constitui a etapa 4, denominada de processo auto-organizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de apresentar e discutir os resultados encontrados, este capítulo trata da descrição de como foi realizada cada uma das etapas metodológicas 1, 2 e 3, bem como a apresentação e discussão dos resultados encontrados (etapa 4).

Etapa 1: Mapeamento dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas

Para a realização do mapeamento dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das IES públicas e gratuitas do estado de São Paulo, utilizou-se o Sistema e-MEC. Para encontrar os cursos alvos desta pesquisa, foi realizada uma consulta avançada utilizando seis variáveis (curso de graduação, curso, UF, gratuidade do curso, grau e situação).

Após a aplicação das variáveis, o sistema indicou uma lista com os cursos de nosso interesse. Todavia, explorando as informações que o sistema fornece sobre as instituições (clcando na lupa de pesquisa que aparece no quadro com as instituições), foi possível identificar um número maior de cursos. Houve essa discrepância porque na primeira busca o sistema não listou todos os diferentes turnos dos cursos de determinadas instituições.

Os resultados obtidos nesta etapa serão apresentados na etapa 4.

Etapa 2: Coleta dos projetos pedagógicos dos cursos

Após verificar os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas existentes nas IES públicas e gratuitas do estado de São Paulo, realizou-se uma busca para localizar os projetos pedagógicos dos referidos cursos. Primeiramente, essa busca foi realizada no Google utilizando as palavras-chave: projeto pedagógico; licenciatura em ciências biológicas; nome da IES e *campus*. Para aqueles não encontrados desta forma, realizou-se uma busca no site da IES. Por fim, foi realizado contato via e-mail com a coordenação de curso da instituição que não possuía o PPC disponível na internet.

Nesta busca pelos projetos, encontramos algumas divergências entre as informações encontradas no Sistema e-MEC e as informações presentes no site de uma instituição.

Os resultados obtidos nesta etapa também serão apresentados na etapa 4.

Etapa 3: Coleta das percepções dos estudantes

A coleta das percepções dos discentes foi realizada a partir de formulário online, por meio de um questionário que contemplou tanto questões abertas quanto fechadas (Anexo A), de modo a identificar se a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes havia sido abordada durante as disciplinas da graduação dos licenciandos. Além disso, avaliar o conhecimento dos participantes sobre o assunto e verificar se estes se encontram preparados para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Considerando que o compartilhamento de dados pessoais é um procedimento antiético, optou-se por solicitar aos coordenadores dos cursos que divulgassem a pesquisa para que as pessoas interessadas em participar preenchessem o formulário online. Nesse sentido, indicamos que a divulgação fosse direcionada para o público alvo da pesquisa, ou seja, estudantes concluintes (dos últimos anos, com previsão de conclusão do curso até julho de 2022) dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e maiores de 18 anos.

O contato com as instituições aconteceu através dos coordenadores de curso e os mesmos foram identificados pelo próprio Sistema e-MEC. O contato foi realizado via e-mail, os quais foram localizados nos sites das próprias instituições de ensino. Não foi possível entrar em contato com algumas instituições devido a indisponibilidade dos e-mails das coordenações no site da instituição ou internet.

O contato com os coordenadores foi feito em diversos momentos, a depender do retorno dos estudantes com os formulários. Os resultados obtidos nesta etapa também serão apresentados na etapa 4.

Etapa 4: Apresentação e discussão dos resultados oriundos das etapas anteriores; análise dos PPC e da participação dos estudantes durante as entrevistas

4.1 Mapeamento dos cursos

Num primeiro momento, realizou-se um mapeamento dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas nas IES públicas e gratuitas do estado de São Paulo a partir do Sistema e-MEC. A princípio, após a aplicação das variáveis curso de graduação; curso; UF; gratuidade do curso; grau e situação do curso, o Sistema e-MEC apresentou uma lista com 24 cursos. Entretanto, ao explorar as informações que o próprio sistema fornece sobre as instituições, foi possível identificar um total de **30 cursos**. Estes cursos estão representados no Quadro 1.

Quadro 1. Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas em instituições de ensino superior públicas e gratuitas no estado de São Paulo.

Instituição de ensino	Sigla	Campus	Nome do curso	Período do curso	Modalidade
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	Santo André	Ciências biológicas	Matutino	Presencial
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	Santo André	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo	UNIVESP	Vários municípios	Biologia	Não se aplica	Ensino à distância (EAD)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	Avaré	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	Barretos	Ciências biológicas	Matutino	Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	São Paulo	Ciências biológicas	Vespertino	Presencial

Instituição de ensino	Sigla	Campus	Nome do curso	Período do curso	Modalidade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	São Roque	Ciências biológicas	Matutino	Presencial
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	IFSP	São Roque	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade de São Paulo	USP	Piracicaba	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade de São Paulo	USP	Ribeirão Preto	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade de São Paulo	USP	São Paulo	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade de São Paulo	USP	São Paulo	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Campinas	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	Campinas	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Assis	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Bauru	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Botucatu	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Botucatu	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Ilha Solteira	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Jaboticabal	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Rio Claro	Ciências biológicas	Integral	Presencial

Instituição de ensino	Sigla	Campus	Nome do curso	Período do curso	Modalidade
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Rio Claro	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	São José do Rio Preto	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	São Vicente	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Araras	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	São Carlos	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Sorocaba	Ciências biológicas	Integral	Presencial
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Sorocaba	Ciências biológicas	Noturno	Presencial
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	São Caetano do Sul	Ciências biológicas	Matutino	Presencial
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	USCS	São Caetano do Sul	Ciências biológicas	Noturno	Presencial

Fonte: elaborado pela autora

Após o mapeamento dos cursos a partir do Sistema e-MEC, realizou-se a busca dos PPC no Google ou no site de cada instituição quando o PPC não constava na busca do Google. Nesta busca, identificou-se uma divergência entre o Sistema e-MEC e o site da instituição de ensino USCS, visto que no site não consta a oferta dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas nesta instituição. Com isso, esses cursos não foram considerados e o recorte desta pesquisa passou de 30 cursos de licenciatura em Ciências Biológicas nas IES públicas e gratuitas do estado de São Paulo para **28**.

Em relação aos PPC, foi possível encontrar 21 projetos disponíveis na internet, que atendem ao total de 27 cursos. Isso ocorre porque, em algumas instituições, um mesmo projeto atende aos diferentes turnos ofertados, como é possível notar no Quadro 2. O único PPC não disponível foi o do curso à distância de Licenciatura em Ciências Biológicas da UNIVESP. Diante disso, foi realizado contato via e-mail com a

coordenadora do curso solicitando o PPC e explicando o objetivo da pesquisa, mas esta não retornou.

Quadro 2. Projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas disponíveis na internet.

Instituição de ensino	Campus	Período do curso	Link PPC
UFABC	Santo André	Matutino e noturno	Clique aqui
IFSP	Avaré	Noturno	Clique aqui
IFSP	Barretos	Matutino	Clique aqui
IFSP	São Paulo	Vespertino	Clique aqui
IFSP	São Roque	Matutino e noturno	Clique aqui
USP	Piracicaba	Noturno	Clique aqui
USP	Ribeirão Preto	Integral	Clique aqui
USP	São Paulo	Integral e noturno	Clique aqui
UNICAMP	Campinas	Integral e noturno	Clique aqui
UNESP	Assis	Integral	Clique aqui
UNESP	Bauru	Integral	Clique aqui
UNESP	Botucatu	Integral e noturno	Clique aqui
UNESP	Ilha Solteira	Noturno	Clique aqui
UNESP	Jaboticabal	Noturno	Clique aqui
UNESP	Rio Claro	Integral e noturno	Clique aqui
UNESP	São José do Rio Preto	Integral	Clique aqui
UNESP	São Vicente	Noturno	Clique aqui
UFSCar	Araras	Noturno	Clique aqui
UFSCar	São Carlos	Integral	Clique aqui
UFSCar	Sorocaba	Integral	Clique aqui
UFSCar	Sorocaba	Noturno	Clique aqui

Fonte: elaborado pela autora

Após a busca pelos PPC, foi realizada uma busca pelos endereços de e-mail dos coordenadores dos referidos cursos para a coleta das percepções dos discentes a partir do formulário online. O Sistema e-MEC fornece somente os nomes dos coordenadores dos cursos, sendo assim, a busca pelos endereços de e-mail foi feita nos sites das instituições.

Assim como alguns projetos atendem a diferentes cursos, há coordenadores que coordenam mais de um curso. Desta forma, precisávamos entrar em contato com 22 coordenadores, mas este contato foi possível com 20 deles, visto que os e-mails de 2 coordenadores não foram encontrados.

4.2 Coleta de dados com a participação dos futuros professores

A coleta de dados a partir do formulário ocorreu entre novembro de 2021 e janeiro de 2022. Durante este período, os contatos com as coordenações foram realizados em diversos momentos. Assim, houveram instituições cujo contato foi feito uma única vez, outras duas, três e quatro vezes (Quadro 3). A insistência surtiu efeito, visto que a quantidade de participantes foi aumentando à medida que mais contatos eram realizados.

Quadro 3. Quantidades de contatos realizados com as coordenações de curso para solicitar a divulgação da pesquisa aos estudantes público-alvo.

Instituição de ensino	Campus	Período do curso	Quantidade de contatos com a coordenação
UFABC	Santo André	Matutino	4
UFABC	Santo André	Noturno	4
UNIVESP	Vários municípios	Não se aplica	4
IFSP	Avaré	Noturno	4
IFSP	Barretos	Matutino	E-mail não encontrado
IFSP	São Paulo	Vespertino	3
IFSP	São Roque	Matutino	4
IFSP	São Roque	Noturno	4

Instituição de ensino	Campus	Período do curso	Quantidade de contatos com a coordenação
USP	Piracicaba	Noturno	4
USP	Ribeirão Preto	Integral	E-mail não encontrado
USP	São Paulo	Integral	4
USP	São Paulo	Noturno	4
UNICAMP	Campinas	Integral	4
UNICAMP	Campinas	Noturno	4
UNESP	Assis	Integral	3
UNESP	Bauru	Integral	4
UNESP	Botucatu	Integral	4
UNESP	Botucatu	Noturno	4
UNESP	Ilha Solteira	Noturno	4
UNESP	Jaboticabal	Noturno	4
UNESP	Rio Claro	Integral	4
UNESP	Rio Claro	Noturno	4
UNESP	São José do Rio Preto	Integral	2
UNESP	São Vicente	Noturno	2
UFSCar	Araras	Noturno	1
UFSCar	São Carlos	Integral	2
UFSCar	Sorocaba	Integral	3
UFSCar	Sorocaba	Noturno	3

Fonte: elaborado pela autora

Pode-se verificar que na maioria das instituições foi preciso repetir o contato por quatro vezes. No caso do curso da UFSCar *campus* Araras, um único contato via e-mail foi realizado porque também foi possível divulgar a pesquisa e o formulário em grupos no WhatsApp e Facebook.

Quanto à participação dos estudantes na pesquisa, obteve-se 22 participantes, representando 11 cursos. Destes 22 participantes, dois foram desconsiderados por

não atenderem aos critérios de estar no último ano do curso e cursar o grau licenciatura, totalizando **20 participantes**. As instituições de ensino e os cursos participantes da pesquisa, bem como a quantidade de participantes, estão representados no quadro abaixo (Quadro 4).

Os participantes da pesquisa estarão identificados no texto com a letra “P” acompanhada de uma sequência numérica que foi definida de acordo com a ordem de resposta aos formulários. Assim, serão apresentados como P1, P2, P3 e assim sucessivamente.

Quadro 4. Quantidade de participantes por instituição de ensino e curso.

Instituição de ensino/ <i>Campus</i>	Nome do curso	Período do curso	Quantidade de participantes
UNESP - São José do Rio Preto	Ciências biológicas	Integral	1
UFSCar – Araras	Ciências biológicas	Noturno	5
UFSCar - São Carlos	Ciências biológicas	Integral	2
UNESP - São Vicente	Ciências biológicas	Noturno	1
UNESP – Assis	Ciências biológicas	Integral	4
UFSCar – Sorocaba	Ciências biológicas	Integral	1
UNICAMP – Campinas	Ciências biológicas	Integral	2
UNICAMP – Campinas	Ciências biológicas	Noturno	1
IFSP - São Paulo	Ciências biológicas	Vespertino	1
UNESP - Ilha Solteira	Ciências biológicas	Noturno	1
UNESP - Rio Claro	Ciências biológicas	Noturno	1

Fonte: elaborado pela autora

Apesar da temática de violência sexual ser um tabu, acreditamos que a baixa adesão à pesquisa, bem como a falta de retorno das coordenações, podem ter sido devido ao período de coleta de dados ter coincidido com o fim do semestre para muitas instituições, pois sabemos que se trata de um período conturbado, ainda mais somado ao contexto de pandemia.

4.3 A temática de violência sexual nos PPC e na compreensão dos futuros professores de biologia

4.3.1 Categorias a partir dos PPC

Neste item discutiremos as categorias referentes aos PPC. A partir da leitura dos projetos foi possível identificar uma categoria à priori e uma categoria emergente (Quadro 5). Categorias à priori são categorias que são deduzidas antes mesmo da análise dos dados, sendo baseadas nas teorias que fundamentam a pesquisa (MORAES; GALIAZZI, 2016). Categorias emergentes são categorias que são construídas a partir da análise dos dados, ou seja, elas emergem das informações do *corpus* (MORAES; GALIAZZI, 2016). As categorias devem ser pertinentes aos objetivos da pesquisa (MORAES, 2003).

Quadro 5. Categorias referentes aos PPC.

Categoria à priori	A abordagem da temática nos PPC
Categoria emergente	Possibilidades de abordagem da temática

Fonte: elaborado pela autora

A abordagem da temática nos PPC diz respeito à presença da temática de violência sexual contra crianças e adolescentes nos PPC e como se dá essa abordagem. Essa categoria consta em apenas dois PPC, que representam 10,71% dos cursos, sendo dois cursos da UFABC e um curso da UFSCar.

Os três cursos objetivam estudar “as violências das várias ordens que cercam a vida de alguns alunos e que interferem na saúde, nas relações e comportamentos sexuais” (UFABC, 2016) e abordar “a questão do turismo sexual e exploração infanto-juvenil” (UFSCAR, 2010).

Quanto aos cursos da UFABC, embora a expressão “violência sexual” não apareça de forma explícita, é compreensível que a violência sexual se enquadre em violências que interferem na saúde, nas relações e nos comportamentos sexuais, porquanto causa danos destas ordens às vítimas. A partir da forma como a violência sexual é abordada no PPC, nota-se que a abordagem da temática no curso pode abranger as diversas formas de ocorrência desta forma de violência e as consequências delas às vítimas.

Em relação ao curso da UFSCar, nota-se que a temática violência sexual aparece de forma explícita. Entretanto, ela abrange apenas duas formas de ocorrência da violência sexual, deixando de fora as várias formas de abuso sexual. O problema de especificar somente algumas formas é que a abordagem das outras fica a critério do professor, podendo ou não ser abordadas.

Esses dados escancaram a negligência desse assunto tão importante na formação inicial de professores. Dessa forma, esta pesquisa corrobora com os estudos de Santos (2011), Gagliotto e Vagliati (2014) e Libório e Camargo (2006), constatando que a temática de violência sexual carece de atenção na formação inicial. Embora as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes apresentem um avanço desde a promulgação do ECA, esse avanço não ocorre nas políticas educacionais, visto que 90,5% dos currículos não abordam tal temática. Diante da quantidade de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, e considerando que a escola é um local privilegiado para a identificação dos casos, é urgente que essa temática seja inserida nos currículos dos cursos de graduação.

A categoria **possibilidades de abordagem da temática** diz respeito à abordagem nos PPC que possibilitam discussões acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes, como, por exemplo, a temática gênero.

Dos 21 PPC, 12 apresentam temáticas que podem abranger a temática de violência sexual, o que representa 57,14% dos cursos. Aqui também estamos considerando os dois PPC que apresentam a abordagem da temática de violência sexual, visto que também apresentam outras temáticas que possibilitam a sua discussão.

Essas temáticas são: gênero, sexualidade, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, e violência. Nove PPC apresentam a temática gênero (representando 42,86% dos cursos), 10 apresentam a temática sexualidade (representando 42,86% dos cursos), sete apresentam a temática direitos humanos (representando 32,14% dos cursos), um apresenta a temática direitos das crianças e dos adolescentes (representando 3,57% dos cursos) e cinco apresentam a temática violência (representando 17,86% dos cursos).

Em relação à temática gênero, encontra-se nos currículos preocupações com discussões sobre a diversidade de gênero e as relações de gênero, como pode ser visto nos trechos a seguir:

Reflexão sobre o trabalho docente no ensino médio, considerando a diversidade de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional. (IFSP, 2017)

Machismo, feminismo e o tratamento de gênero na escola; Desigualdades de gênero e de sexualidade (IFSP, 2016)

Atividades teórico práticas de aprofundamento, dedicadas preferencialmente à problemática da inclusão e ao estudo dos direitos humanos, diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras. (UNICAMP, 2018)

Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Mitos e tabus acerca da sexualidade. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. (UNESP, 2016)

Estas discussões acerca da diversidade e relações de gênero podem se tornar pontes para a temática de violência sexual à medida que o gênero está intimamente ligado à violência, sendo uma das formas a sexual. De acordo com Calçada (2008) apud Aragão (2016), as causas da violência sexual contra crianças e adolescentes estão relacionadas a fatores culturais, sociais e econômicos. Os fatores culturais possuem relação com a questão de gênero, na qual perpetua-se a relação de poder e desigualdade entre homens e mulheres (CALÇADA, 2008 apud ARAGÃO, 2016). Essa relação coloca as mulheres em uma posição subalterna, tornando-as mais

vulneráveis à vitimização (SCHLEINIGER; STREY, 2016 apud FONSECA et al., 2018). Dessa forma, a temática gênero é uma importante aliada na prevenção da violência sexual à medida que possibilita transformar as relações de poder a fim de superá-las.

Quanto à temática sexualidade, ela é abordada nos PPC de forma geral, ou atrelada à reprodução, ou a partir dos seus aspectos históricos e sociais:

Discussão de temas emergentes: [...] a sexualidade (UFSCAR, 2008)

Doenças do sistema reprodutor: [...] Sexo e Sexualidade para Ensino Fundamental II e Médio (IFSP, 2017)

Sexualidade e gravidez na adolescência. (IFSP, 2016)

Sexualidade – aspectos históricos e sociais. Concepções acerca da sexualidade: construção de um conceito/entendimento. [...] Mitos e tabus acerca da sexualidade. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Adolescência e sexualidade. (UNESP, 2016)

O estudo da sexualidade possibilita uma abertura ao estudo do fenômeno da violência sexual, visto que a temática sexualidade pode abranger o que é esta violência e o que são situações suspeitas. Uma educação para a sexualidade pode contribuir para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável, para o empoderamento de crianças e adolescentes para que saibam identificar e agir diante de situações suspeitas (LEÃO; MUZETTI, 2018). Dessa forma, a temática sexualidade pode contribuir para a prevenção da violência sexual.

Em relação à temática direitos humanos, os currículos apresentam preocupações de forma geral:

Direitos Humanos e gênero; (IFSP, 2015)

atividades teórico práticas de aprofundamento, dedicadas preferencialmente à problemática da inclusão e ao estudo dos direitos humanos, diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras. (UNICAMP, 2018; UNESP, 2018a)

discussões relacionadas à inclusão e ao estudo dos direitos humanos, diversidade étnico racial, de gênero, sexual (UNESP, 2016)

Educação em Direitos Humanos (UNESP, 2018b)

Em apenas um PPC, são apresentadas questões específicas sobre os direitos humanos, como a promoção e defesa de tais direitos e a reparação das violações dos direitos humanos:

Desenvolvimento de práticas pedagógicas e sociais que fomentem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

[...]

Identificar situações de desrespeito aos Direitos Humanos e propor, na prática pedagógica, ações de intervenção para a construção de uma cultura escolar de respeito e tolerância; (IFSP, 2017)

A temática de direitos humanos pode possibilitar a abordagem da temática de violência sexual visto que o fenômeno da violência sexual está estritamente ligado às violações dos direitos humanos (SANTOS; IPPOLITO, 2011). Além disso, outra relação que se estabelece é que a garantia de uma educação em direitos humanos aos futuros professores pode auxiliá-los a combater qualquer forma de violência, uma vez que pessoas suficientemente informadas sobre tais direitos tornam-se capazes de agir em conformidade com eles e a identificar os pontos críticos de violações (CASTRO; FRANÇA JUNIOR, 2010).

O PPC do curso do IFSP *campus* Avaré apresenta a abordagem dos direitos da criança e do adolescente. Entendemos que a abordagem dos direitos das crianças e dos adolescentes engloba a abordagem do ECA. Dessa forma, abordar o ECA possibilita abordar as obrigações dos profissionais da educação em denunciar os casos suspeitos ou confirmados de maus tratos contra crianças e adolescentes. Como a violência sexual é uma das formas de maus tratos, a abordagem da temática direitos das crianças e dos adolescentes pode possibilitar a abordagem da temática de violência sexual.

Por fim, quanto à temática violência, ela é abordada de forma geral em um PPC e em relação ao contexto educacional nos outros três PPC:

Contribuições da psicologia para a compreensão e análise de temáticas do contexto educacional cotidiano: [...] violência (IFSP, 2017; IFSP, 2019)

Aprofundar discussões sobre o multiculturalismo, questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade e violência escolar (IFSP, 2016)

A construção social e histórica da adolescência e da juventude e as questões psicossociais envolvidas nessa fase da vida e no contemporâneo: [...] o fenômeno da violência (UFSCAR, s/d)

Em relação ao PPC que faz a abordagem de forma geral, a violência sexual pode ser incluída por se tratar de uma das várias formas de violência. Em relação aos PPC que fazem a abordagem da violência presente no contexto educacional, a violência sexual também pode ser relacionada porque ela pode ser uma das causas do comportamento agressivo dos estudantes.

Embora seja um aspecto positivo que os PPC possuam temáticas que possibilitem a abordagem da temática violência sexual, ressalta-se que tais temáticas não garantem que a temática de violência sexual seja discutida com os futuros professores, pois os currículos dos cursos não apontam um direcionamento para isto. Diante disso, reforçamos a importância da inclusão da temática de violência sexual nos PPC.

4.3.2 Categorias a partir da participação dos estudantes

Neste item discutiremos as categorias referentes às respostas dos estudantes ao formulário online. A partir da leitura das respostas foi possível identificar três categorias à priori e uma categoria emergente (Quadro 6).

Quadro 6. Categorias referentes à participação dos estudantes.

Categorias priori	à	Compreensões sobre a violência sexual
		Papel do professor diante situação de violência sexual
		Atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

Categoria emergente	Encaminhamentos dos casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes
----------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora

A categoria **Compreensões sobre a violência sexual** diz respeito ao conhecimento dos participantes sobre a definição de violência sexual e sobre os sinais corporais e/ou comportamentais que as vítimas de violência sexual apresentam.

Todos os participantes, exceto um que não respondeu, souberam apresentar uma definição plausível sobre a violência sexual. Alguns participantes apresentaram definições mais generalistas, limitando-se a definir a violência sexual como um ato sexual que ocorre sem o consentimento da vítima:

São atos sexuais que são feitos pelo abusador sem o consentimento e/ou consciência da vítima. (P3)

Relações sexuais sem consentimento (P4)

Qualquer ação sexual que não tenha consentimento dos envolvidos (P7)

Qualquer atitude de cunho sexual que não seja consensual. (P11)

Violência sexual é qualquer ato (sexual) onde não há o consentimento consciente de uma das partes (P13)

Já outros participantes apresentaram definições que abordam as diferentes formas de violência sexual:

Atitudes como assédio, estupro, importunação (P1)

A violência sexual não necessariamente precisa ser o ato sexual em si, mas por exemplo, carícias indevidas, assédios, dentre outros também pode ser considerado. (P5)

Qualquer ação, tentativa, ou verbalização sexual feita de forma indesejada e forçada. (P15)

Violência sexual pode ser definida como qualquer ação, seja ela a fala, toques ou qualquer outra, de cunho sexual, que ocorra com alguém sem o pleno consentimento do mesmo. (P18)

Ação praticada por alguém de forma física, verbal ou não verbal que invade o espaço do outro sem sua permissão/consentimento (P22)

É possível notar que as definições apresentadas estão de acordo com a literatura e a legislação existente (Lei nº 12.015/2009, Decreto-lei nº 2.848/1940). Contudo, é preciso ter cautela quanto ao consentimento quando se trata de crianças e adolescentes menores de 14 anos. Crianças e adolescentes são seres em formação, que ainda não possuem maturidade psicológica, física e moral para fazer escolhas autônomas sobre sua sexualidade (FERNANDES et al., 2020). Dessa forma, ainda não possuem o discernimento necessário para consentir uma relação com uma pessoa adulta (ARAGÃO, 2016). Diante disso, qualquer ato de cunho sexual com crianças e adolescentes menores de 14 anos e qualquer ato que submeta à exploração sexual adolescentes entre 14 e 18 anos configura um crime.

Quanto às formas de violência sexual, são diversas as formas que podem ser praticadas contra crianças e adolescentes, sendo elas: assédio sexual; abuso sexual verbal; telefonema obsceno; exibicionismo; voyeurismo; pornografia; toques nas partes íntimas (órgãos genitais, glúteos ou seios); tentativa de relação sexual; masturbação; sexo oral; penetrações vaginal e anal, tanto com o pênis quanto com o(s) dedo(s) ou objeto (SANTOS, IPPOLITO, 2011). Embora nem todas tenham sido mencionadas, é possível verificar que, de modo geral, os participantes enxergam a violência sexual para além da relação sexual em si.

Quanto ao conhecimento dos participantes sobre os sinais corporais ou comportamentais de crianças e adolescentes que indicam se elas sofrem ou sofreram violência sexual, 15% dos sujeitos afirmaram não conhecer sinais que as vítimas podem apresentar e 85% dos sujeitos apresentaram ao menos alguns sinais, conforme exemplos abaixo:

Sim. Mudanças no comportamento da vítima que antes não eram comuns, como ficar mais quieta que o normal, chorar sem nenhum motivo aparente, não querer ir embora para casa, etc. Pode haver também sinais corporais, como dores nas partes genitais. (P3)

Comportamentos que reproduzem/imitam atos sexuais, desenhos e outras expressões artísticas que reproduzem a violência sexual, alterações de comportamentos normais, gravidez precoce, etc. (P5)

Mudança brusca de comportamento (P7)

Apresentar comportamento agressivo. (P11)

A criança ou adolescente sente medo e com isso não verbaliza, ou até mesmo se afasta/não permite qualquer toque nela. (P15)

Não sei se conheço, mas imagino que os sinais possam ser de crianças que tem fobia ou rejeição ao ser tocada, de forma saudável, como um abraço, um cumprimento físico qualquer; podem ter uma postura mais tímida, de vergonha do próprio corpo, podem praticar auto-mutilação, apresentam dificuldades de se relacionarem com outras pessoas, principalmente se for do mesmo gênero da pessoa que a violentou sexualmente. (P22)

Além dos sinais mencionados pelos participantes, existem outros como dificuldades na concentração, ideias suicidas, inquietação, isolamento, dificuldades de aprendizagem, baixo nível de autoestima, tristeza, ansiedade, curiosidade sexual excessiva, comportamento tenso e sempre em estado de alerta, compulsão por drogas lícitas e ilícitas, sequelas físicas geradas pela exposição às várias formas de violência, dificuldade de ligação afetiva e amorosa etc. (SANTOS, IPPOLITO, 2011; ZULIANI, MANARIN, GAGLIOTTO, 2017)

É muito importante que a maioria dos participantes conheçam alguns sinais que podem indicar que a criança ou o adolescente esteja sofrendo ou já sofreu violência sexual. Esta é uma forma de violência muito silenciosa, podendo os sinais comportamentais e corporais serem a única forma de a vítima avisar que vivencia tal violência. Como apontado por Sayão (2006), as mudanças bruscas e aparentemente inexplicáveis no padrão de relacionamento de uma criança ou adolescente podem ser a pista mais segura que deve-se levar em conta num primeiro momento. Contudo, é importante destacar que as evidências de uma agressão sexual não se compõem por um único sinal apresentado pela criança ou adolescente, mas sim por um conjunto deles (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Ainda sobre os sinais, 15% dos participantes mencionaram a presença de marcas físicas da violência:

Não sei, mas talvez marcas de agressões físicas podem indicar algum tipo de violência que pode estar relacionada (P5)

Marcas de violência no corpo (P7)

Imagino que a criança deva ficar mais introspectiva, possivelmente apresentará hematomas? (P13)

É possível que vítimas de violência sexual apresente marcas de agressões físicas como hematomas, mas é importante destacar que nesta forma de violência o agressor não costuma deixar marcas físicas porque isso dificulta a sua identificação (BAPTISTA et al., 2008). Além disso, os autores da violência sexual utilizam-se mais da sedução para conquistar as vítimas, ou, quando a sedução não funciona, da ameaça (SANTOS; IPPOLITO, 2011), de modo que dificilmente há o uso de força física.

Capacitar os futuros professores para que conheçam o fenômeno da violência sexual e os sinais que as vítimas apresentam é fundamental para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Quanto antes a violência sexual for descoberta, maior é a probabilidade de se aplicar um tratamento adequado e resolver ou amenizar os danos causados às vítimas (ESCUDERO et al., 2013 apud FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017).

A categoria **Papel do professor diante da situação de violência sexual** diz respeito ao entendimento dos participantes quanto ao seu papel de professor diante da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Questionados se acreditam que é papel do professor denunciar às autoridades competentes os casos de suspeita ou confirmação de violência sexual contra crianças e adolescentes, 95% dos participantes responderam que sim e 5% respondeu que não sabe.

Em contrapartida, quanto ao entendimento dos participantes sobre o papel do professor diante da situação de violência sexual, apenas 30% dos participantes entendem que é papel do professor denunciar os casos:

Procurar órgãos responsáveis para as devidas providências (P1)

Também considero que os professores tem obrigação de denunciar caso tenham consciência de que algum aluno esteja sofrendo violência sexual. (P3)

Devo estar sempre atento e buscar conversar com a equipe escolar para ver se é algo que eles também percebem, então buscar os meios legais para denunciar, para que a situação possa ser investigada e que o agressor seja punido. (P5)

Conversar com os alunos sobre o assunto e denunciar (P7)

Meu papel é sempre de dar apoio e auxílio para a vítima, e muitas vezes de ser a pessoa que descobre o abuso e tem a função de comunicar para os órgãos responsáveis. (P18)

Penso que sou responsável pelo bem estar e segurança desta criança e que se desconfiar de alguma situação de violência sexual devo procurar as pessoas responsáveis por investigar e auxiliar essa criança. (P19)

De modo geral, o entendimento dos participantes sobre o papel do professor diante da violência sexual está de acordo com a literatura em diversos aspectos. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que os professores possuem obrigação legal em denunciar os casos suspeitos ou confirmados de violência sexual, como disposto no artigo 245 do ECA (BRASIL, 1990). Enquanto a grande maioria dos participantes acreditam que é papel do professor denunciar, a minoria de fato faria a denúncia. Isso é bastante problemático, pois quando o professor não assume a sua responsabilidade legal e não realiza a denúncia, a violência contra a criança ou o adolescente pode continuar acontecendo e a vítima pode sofrer grandes prejuízos nesta fase de seu desenvolvimento (ARAÚJO, 2021) e que podem perdurar até a fase adulta.

Um importante aspecto mencionado foi a identificação dos sinais que as vítimas podem apresentar, mencionados por 25% dos participantes:

O papel de alguém que deve se atentar a sinais (P1)

Ao perceber possíveis sinais (P4)

É preciso estar atento aos sinais (P7)

Saiba identificar mudanças de comportamento ou atitudes mediante a situações como esta. (P15)

É preciso estar atento para os sinais da criança e adolescente (P22)

Os professores se encontram em um lugar privilegiado para identificar os sinais apresentados, pois são eles que estão em contato direto e diário com as possíveis vítimas de violência sexual. Este contato oportuniza aos professores realizar observações peculiares que possibilitam identificar as mudanças de comportamento de seus alunos e os sinais que a criança e/ou o adolescente carrega consigo no cotidiano (ZULIANI; MANARIN; GAGLIOTTO, 2017). Todavia, é preciso conhecimento para identificar os sinais, uma vez que essa forma de violência dificilmente deixa marcas físicas visíveis e é preciso conectar um conjunto de sinais para levantar uma

suspeita e/ou confirmação. O conhecimento científico, somado à sensibilização, contribui para educar o olhar dos professores para reconhecer os sinais que podem ser comportamentais, verbais, físicos, psíquicos, emocionais e cognitivos (LEÃO, MUZZETTI, 2018; VAGLIATI, 2014).

Ainda sobre o papel dos professores, 55% dos participantes mencionaram a educação em sexualidade ou a discussão do tema com os alunos como ferramentas de prevenção, como pode ser visto em algumas respostas abaixo:

Entendo que tenho papel em oferecer educação sexual adequada para as crianças e adolescentes, para que elas saibam identificar o que é uma violência sexual. (P3)

Conversar com os alunos sobre o assunto (P7)

No papel de ajudá-las a reconhecer o que seria uma agressão sexual e o quão errado é. (P11)

Explicitar, através da educação sexual, o que é e quais são as características de uma violência sexual, além de ensinar formas e lugares de denunciar o agressor. (P12)

Acredito que meu papel é fundamental, uma vez que o professor de ciências ou de biologia é o principal responsável por explicar, dentro do ambiente escolar, o que é a violência sexual, como proceder se achar que está ou já passou por esta situação, explicar o que é consentimento, o que é abuso, e ajudar os estudantes a entenderem seus próprios corpos. (P17)

E também passar informações, de o que é a violência sexual e ensinar como denunciar (papel de instruir o aluno(a) (P20)

A educação sexual é de extrema importância na escola, as crianças precisam entender o que não é certo com o corpo delas, e que existem a quem possam recorrer. (P21)

É de extrema importância que os futuros professores reconheçam o papel fundamental que a educação em sexualidade exerce no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Por meio dela, os professores podem, como dito pelos participantes, ensinar os seus alunos a identificar se estão sendo vítimas dessa violência e como agir diante dessa situação. Com a educação em sexualidade, é possível ensinar os alunos sobre a constituição dos seus corpos e os cuidados que devem ter para com eles, além de promover a consciência do que se pode ou não permitir que se faça com os seus corpos (SAYÃO, 2006; VAGLIATI, 2014).

Quando as crianças e adolescentes possuem conhecimentos sobre o próprio corpo e sobre a violência sexual, podem desenvolver suas capacidades de tomar

decisões com mais segurança e de dizer não às situações suspeitas e desconfortáveis (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Para além do impacto no presente das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com a educação em sexualidade também é possível impactar o futuro de crianças e adolescentes, vítimas ou não. Isso pode ocorrer a partir de práticas educativas que possibilitem a construção de posicionamentos refratários às violências e a violação da dignidade humana (SANTOS et al., 2018), que, conseqüentemente, podem formar futuros adultos que não compactuem com essa forma de violência.

Outros dois aspectos importantes mencionados por 10% dos participantes foram as anotações sobre o relato da vítima que devem ser realizadas pelo profissional para facilitar o processo de denúncia e a investigação a partir de outros profissionais da escola que estão em contato com a criança ou adolescente para confirmar se eles também notaram mudanças no comportamento da criança ou adolescente que suspeita ser uma vítima de violência sexual. Isso pode ser verificado nas respostas a seguir:

Ao perceber possíveis sinais, acionar o Diretor ou POC da escola, e eles irão organizar o processo. Outro papel é, ao ser informado pela criança sobre a violência, anotar para ajudar no processo legal que o diretor ou POC está formalizando. (P4)

Devo estar sempre atento e buscar conversar com a equipe escolar para ver se é algo que eles também percebem, então buscar os meios legais para denunciar, para que a situação possa ser investigada e que o agressor seja punido. (P5)

Além de contribuir para que o órgão competente agilize a tramitação da denúncia, anotar as informações fornecidas pela vítima pode evitar que ela precise relatar o ocorrido novamente para os órgãos competentes, o que aumentaria ainda mais o seu sofrimento (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

De acordo com Santos e Ippolito (2011) é importante que os professores confirmem se as suas desconfianças procedem e uma das formas de fazer isso é conversando com os outros membros da equipe, como destacado por P5. Contudo, os autores ressaltam que a identidade da criança ou do adolescente nunca deve ser revelada. Quando se trata apenas de uma suspeita e não de um caso revelado pela vítima, é fundamental que o professor faça uma investigação minuciosa para que não

realize denúncias com base apenas em sentimentos de desconfiança, pois, desta forma, pode se tornar um vitimizador (PIETRO, 2007).

A categoria **Encaminhamentos dos casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes** diz respeito às atitudes que os participantes tomariam diante de uma suspeita ou confirmação de um caso de violência sexual envolvendo os seus alunos e qual o conhecimento que eles possuem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto à responsabilidade da escola/professor nos casos de conhecimento de violência cometida contra crianças e adolescentes.

Como a violência sexual é uma modalidade de violência que deixa marcas profundas no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, é urgente realizar uma intervenção nesses casos (PIETRO, 2007). Como destacado pela autora, não se pode deixar a intervenção para depois porque o depois pode ser tarde demais.

As atitudes mencionadas pelos participantes foram: fazer uma denúncia; levar o caso à direção da escola; coletar informações sobre a violência; entrar em contato com os pais ou responsáveis; conversar com a possível vítima; oferecer apoio a possível vítima; e abordar a temática em sala de aula. Essas atitudes podem ser verificadas em alguns dos exemplos abaixo:

Comunicaria a direção da escola para que a mesma comunique o Conselho Tutelar (P2)

Conversaria com o aluno sem fazer perguntas invasivas, de modo que ele conte o que se sentir confortável. Também tentaria coletar informações sobre a possível violência que ele está sofrendo e quem seria o autor dos abusos. Diante da suspeita, eu faria uma denúncia anônima. (P3)

Informar ao Diretor(a), principalmente por não me sentir preparada para lidar com toda situação. Mas, claro, oferecer apoio ao aluno(a) (P4)

Comunicar os pais ou responsáveis e denunciar, visando sempre a segurança da criança (P7)

Conversaria com o aluno em questão, tentando abordar a temática da maneira menos invasiva e constrangedora possível, dando dicas de sinais de violência sexual e como/onde denunciar o agressor. (P12)

Buscaria mostrar algum material educativo ou palestra que tratasse da violência sexual. Abriria um espaço de roda de conversa sobre o tema. (P22)

Dos 20 participantes, 60% mencionaram a realização de denúncia, sendo que 35% fariam a denúncia diretamente e 25% pediriam para que a direção da escola a fizesse. É um número bem maior em relação aos 15% dos participantes que relataram possuir conhecimento sobre a responsabilidade do professor de denunciar estabelecida pelo ECA (Art. 245). Quanto ao restante dos participantes, 75% dos participantes relataram não possuir conhecimento sobre a responsabilidade estabelecida pelo ECA e 10% afirmaram possuir conhecimento, mas não apresentaram qual conhecimento é este. Esses dados sugerem uma precariedade na abordagem do ECA nos cursos analisados. 60% dos participantes que mencionaram a realização de denúncia podem ter feito-a por outros motivos que não o contato com o ECA na formação inicial, como, por exemplo, o motivo citado por P13 e por P9, respectivamente:

Nesse tema em específico, eu acho que não. Mas independente de qualquer coisa acho que temos que fazer o que é certo! Você vai deixar a criança ou o adolescente sendo abusado

Não existe a possibilidade de frente a isso não tomar providências para garantir a integridade e segurança do aluno (e quem mais dentro da família possa estar passando por isso).

A falta de conhecimento sobre a responsabilidade estabelecida pelo ECA contribui para a invisibilidade de ações de enfrentamento à violência sexual e outras formas de violência como a negligência, violência física e psicológica, discriminação e exploração (SANTOS et al., 2018). Segundo os autores, esse desconhecimento também inviabiliza a notificação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Sobre as atitudes a serem tomadas mencionadas pelos participantes, anteriormente já foi abordada a importância de coletar informações sobre o caso para agilizar a tramitação do processo e a importância de trabalhar a temática em sala de aula.

Quanto à denúncia, as duas formas mencionadas pelos participantes (realizar a denúncia de forma direta ou pedir para que a direção realize) estão corretas. A notificação é um dever tanto dos professores quanto dos responsáveis pelo estabelecimento de ensino (SANTOS; IPPOLITO, 2011). No entanto, é preferível que a direção da escola apoie o professor e faça uma denúncia institucional, evitando,

assim, os riscos de retaliações por parte dos agressores com os professores denunciadores (PIETRO, 2007). Caso a direção se recuse a realizar a denúncia, ela deve ser feita pelo professor, pois se trata de uma responsabilidade legal que poderá ser cobrada posteriormente (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

Quanto a conversar com os pais ou responsáveis da vítima, essa é uma atitude que deve ser tomada com bastante cautela. É aconselhável que a escola fale com a família para que ela possa acompanhar os desdobramentos da denúncia (SANTOS; IPPOLITO, 2011). Contudo, a atitude de falar imediatamente com os pais ou responsáveis da vítima é inadequada pois pode ser que a escola se defronte com os possíveis agressores e isso pode colocar a vítima ainda mais em risco e pode ser prejudicial à investigação (BRINO, WILLIAMS, 2003; GRANVILLE-GARCIA et al., 2009; PIVA et al., 2013; SANTOS, IPPOLITO, 2011). Vale lembrar que a maioria dos casos de violência sexual são cometidos por membros da família (BRASIL, 2019b; PIVA et al., 2013). Para contatar a família sem maiores prejuízos à vítima e à investigação, é preciso fazê-lo de modo estratégico, ou seja, contatar membros que não sejam os agressores (SANTOS; IPPOLITO, 2011) e aqueles coniventes com a violência sexual. Ainda de acordo com os autores, esse contato com a família deve ser feito, preferencialmente, com o consentimento e indicação da vítima.

Conversar com a vítima ou possível vítima também deve ser feito com cautela. A conversa não deve ter a finalidade de investigar a violência, mas sim de criar um ambiente favorável para que a vítima adquira coragem para revelar a violência sofrida (SANTOS; IPPOLITO, 2011). É importante ressaltar que é preciso muito preparo para conversar com a criança e/ou o adolescente. Sayão (2006) apresenta aos educadores uma série de recomendações para realizar uma abordagem adequada com as crianças e adolescentes. Segundo a autora, uma abordagem inadequada pode aumentar a sensação de culpa e o sofrimento da vítima, e também pode induzi-la a modificar o seu relato.

O professor não deve apenas conversar com a vítima e não fazer uma denúncia. Além da denúncia ser uma obrigação legal, ela exerce uma série de influências no enfrentamento da violência sexual. Com ela, é possível evitar tanto que a mesma criança ou adolescente continue sendo vítima de violência sexual quanto que outras crianças e adolescentes sejam vítimas; é possível prevenir que crianças e

adolescentes sexualmente violentados repitam a violência sofrida quando adultos; e leva o autor da violência a ser responsabilizado pelos seus atos e, possivelmente, o leva a receber ajuda educacional e psicossocial para não reincidir no ato (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

A categoria **Atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes** aborda as condições de atuação dos futuros professores no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na opinião dos próprios licenciandos.

Perguntamos aos participantes se eles se sentem preparados para atuar no enfrentamento da violência sexual e apenas 15% dos participantes disseram que sim. 80% não se sentem preparados e 5% não respondeu. Dentre os 15% que se sentem preparados, apenas um participante apresentou uma justificativa:

Sim, e não... preparado teoricamente, mas na prática, sabemos que é uma situação muito delicada e que cada criança age de uma maneira diferente, é um grande medo passar por uma situação dessas, mas devemos estar encorajados a agir (P21).

Embora P21 se sinta preparado, é possível notar uma insegurança com a sua atuação na prática. Contudo, estar preparado teoricamente coloca-o em situação privilegiada para agir adequadamente.

Dentre os motivos para não se sentirem preparados, foram mencionados a falta de conhecimento sobre a legislação e encaminhamentos dos casos, a ausência da abordagem da temática durante a graduação, não saber como agir, não saber como auxiliar a criança e/ou adolescente, não saber como reconhecer os sinais apresentados pelas vítimas e o conhecimento insuficiente sobre o tema, conforme exemplos abaixo:

Não. Gostaria de conhecer melhor a legislação a respeito. (P2)

Não. Porque essa temática não foi abordada durante as disciplinas do meu curso, por isso considero que não tenho conhecimento suficiente para agir da maneira adequada nesses casos. (P3)

não saberia como lidar com o processo legal em si (P4)

não, não tive instruções suficientes no curso para lidar com o assunto (P7)

Sinceramente, acho que não muito. Primeiro por não saber ainda como reconhecer os sinais (P13)

Não. Mesmo participando da palestra, e aprendendo um pouco sobre o tema, sinceramente, não foi suficiente, e acredito que em uma situação real dentro da sala de aula, me sentiria um pouco perdida. (P15)

Não, pois nunca tive nenhum tipo de informação direta sobre como proceder nesses casos durante minha formação acadêmica. (P17)

Não, pois me falta experiência e não aprendi na faculdade como lidar com esses casos. (P18)

Embora participantes de nove cursos afirmaram ter tido contato com a temática durante a graduação (em disciplinas ou outros momentos), alguns desses participantes revelam que o conhecimento adquirido é insuficiente para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como pode ser visto nas percepções de P7, P13, P15, P17 e P18. Embora não possuímos dados que apresentem como se deram as abordagens nos cursos, estes participantes evidenciam que faltou discutir como identificar e como proceder diante dos casos de violência sexual. Dessa forma, os dados aqui expostos sugerem que há uma defasagem na abordagem da temática, o que dificulta a atuação dos futuros professores no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Assim como os estudos de Brino e Williams (2003), Gonçalves (2014), Landini (2011), Leão e Muzetti (2018), Lessa e Mayor (2019), Pietro (2007) e Vagliati (2014), também denunciamos o despreparo dos [futuros] professores para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para que a identificação e encaminhamento adequado dos casos aconteça, é preciso que os profissionais estejam devidamente preparados e qualificados para isso (ZULIANI; MANARIN; GAGLIOTTO, 2017). De acordo com as autoras, para que esse preparo e qualificação aconteça, os cursos devem tratar do fenômeno da violência sexual de forma precisa.

4.3.3 Abordagem da temática violência sexual durante o curso

Este item apresenta pontos que se relacionam entre os projetos e as falas dos estudantes. Tal item diz respeito à abordagem da temática de violência sexual contra crianças e adolescentes em disciplinas dos cursos ou em outros momentos durante o curso além das disciplinas, bem como à relevância da discussão da temática na formação de professores segundo os participantes.

45% dos 20 participantes afirmaram que a temática foi abordada em alguma(s) disciplina(s). Esses 45% dos participantes representam oito dos 11 cursos que obtivemos retorno, o que configura um dado positivo em relação aos três únicos cursos que trazem a temática em seus currículos. Ressalta-se que desses oito cursos, apenas um deles faz parte desses três cursos que trazem a temática no PPC.

No caso de dois cursos, apenas um participante de cada afirmou que a temática foi abordada enquanto outros participantes dos mesmos cursos afirmaram que não foi. Não possuímos dados suficientes para justificar esta contradição, mas entendemos que pode se tratar de estudantes de turmas diferentes e de discussões que podem ter sido esporádicas e não necessariamente programadas para as disciplinas em questão.

De acordo com os participantes que afirmaram que a temática foi abordada, ela foi discutida em disciplinas como Psicologia da Educação; Psicologia do Desenvolvimento; Estágio Supervisionado; Oficinas e Projetos; Psicologia da Adolescência; Ecologia; e Temas Transversais em Corpo, Gênero e Sexualidade:

Sim, psicologia da educação (P1)

Sim, brevemente em psicologia do desenvolvimento (P7)

Sim. Na disciplina de estágio supervisionado, oficinas e projetos (transdisciplinaridade) e acho que só (P13)

Sim. Psicologia do adolescente (P14)

Sim, psicologia da adolescência e um pouco nas aulas de ecologia. (P20)

Sim, psicologia da educação. (P21)

Foi, brevemente discutida em disciplina de Temas Transversais em Corpo, Gênero e Sexualidade. Acredito que farei uma disciplina esse semestre sobre Temas Transversais em Saúde que abordará de forma mais ampla esse tema. (P22)

Das disciplinas mencionadas, duas estão de acordo com o que encontramos nos PPC, o que representa dois cursos. De acordo com o PPC de cada curso, as disciplinas mencionadas por P14 e P22 apresentam possibilidades de abordagem da temática de violência sexual e a abordagem de fato foi realizada, segundo os estudantes.

De acordo com o que encontramos nos projetos pedagógicos dos cursos dos participantes P1, P7, P13, P20 e P21, nenhuma disciplina apresentava a abordagem ou possibilidades de abordagem da temática violência sexual. Diante disso, temos um dado positivo, visto que os estudantes afirmam que ocorreu a abordagem da temática durante as suas formações enquanto os PPC não apresentam abertura para isso.

Para além do contexto das disciplinas, 25% dos participantes afirmaram que a temática foi discutida durante o período de formação inicial, no entanto, 10% não especificaram em qual contexto. 45% dos participantes disseram que não houve discussão, 20% não lembram se houve, um não sabe e um não respondeu. Essas discussões foram feitas em coletivos, palestras e durante o estágio na escola, como pode ser visto nas respostas abaixo:

Sim. Em coletivos, palestras, porém o foco foi na violência de gênero, especificamente violência contra a mulher em diversos contextos, não especificamente a violência sexual contra crianças e adolescentes, muito menos o papel do professor no combate à violência desse tipo (P5)

Houve uma discussão em relação a um caso que ocorreu na escola em que eu fazia estágio (P11)

O único momento que me recordo de ouvir sobre o tema durante o curso foi em apenas 1 dia no evento da Semana da Biologia (P15)

Estes momentos citados pelos participantes se mostram promissores para um contato com temáticas relevantes, contudo, são de caráter pontual. Dessa maneira, são discussões que nem sempre estarão presentes na formação dos futuros professores, o que reforça a necessidade de inserir a temática de violência sexual de forma permanente na graduação, possibilitando, assim, que todos os futuros professores adquiram conhecimentos sobre o fenômeno.

Questionados se acham importante que a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes seja discutida na formação de professores, todos os

participantes responderam que sim. 45% dos participantes acreditam que a abordagem da temática é fundamental para capacitar os futuros professores para lidarem com os possíveis casos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, como pode ser verificado nas respostas a seguir:

Os professores devem saber quais atitudes devem tomar caso suspeitem que algum aluno esteja sofrendo violência sexual. Dessa forma, acredito que muitos casos de violência sexual poderiam ser evitados. (P3)

sim, para que estejam preparados para garantir a segurança dos alunos (P7)

Sim, pois auxiliará na formação de profissionais capacitados em falar e enfrentar esse tema nas realidades de cada escola. (P12)

Sim! Quando li a 5ª questão, percebi que se a criança não se sentir confortável em falar comigo ou com alguém sobre, eu não saberia reconhecer sinais comportamentais e físicos dela, então poderia acabar passando batido por mim. (P13)

sim, pois é preciso que o profissional docente saiba como lidar e agir ao se deparar com situação como a violência sexual (P14)

para poder ajudar, é fundamental que tenhamos conhecimento do assunto, para ajudar da forma correta. (P15)

Brino e Williams (2003), Landini (2011), Santos et al. (2018), Santos e Ippolito (2011) e Vagliati (2014) evidenciam a importância de preparar os profissionais da educação para que possam atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com Vagliati (2014), “o estudo científico sobre o fenômeno oportuniza o seu conhecimento e, nesse sentido, fortalece ações conscientes que intentem controlá-lo e/ou preveni-lo”. Capacitar os profissionais possibilitará a sensibilização, a identificação e um encaminhamento adequado dos casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das IES públicas e gratuitas do estado de São Paulo, visando compreender se os referidos cursos estão preparando os discentes para atuar no enfrentamento desse fenômeno. Os objetivos foram alcançados de maneira satisfatória, visto que os dados obtidos pelos projetos pedagógicos e formulário online permitiram um panorama da abordagem da temática, do conhecimento dos participantes sobre o tema e das condições de atuação dos futuros professores diante da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A partir dos resultados obtidos pelos PPC, notamos que a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes carece de atenção nos currículos. Apenas três cursos trazem a temática em seus PPC, abrangendo as diversas formas de ocorrência da violência sexual e as consequências delas às vítimas. Em contrapartida, 13 cursos apresentam temáticas que podem abranger a temática de violência sexual, como gênero, sexualidade, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, e violência. Contudo, essas temáticas que possibilitam a abordagem da temática de violência sexual conferem a ela um caráter arbitrário, ficando a critério dos professores se será ou não discutida na formação inicial. Na pesquisa em questão, participantes de oito cursos disseram que a temática foi abordada durante as disciplinas.

Ao analisarmos as percepções dos discentes, podemos destacar que, embora eles possuam um entendimento sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, boa parte dos participantes possuem um conhecimento insuficiente quanto aos fatores envolvidos no processo de enfrentamento desta forma de violência, como a identificação e o encaminhamento adequado dos casos suspeitos ou confirmados de violência sexual. Devido ao conhecimento insuficiente que possuem, a maioria dos participantes se sentem despreparados para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Diante do exposto, os dados da pesquisa sugerem uma defasagem na abordagem da temática nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas investigados, visto que não estão proporcionando aos futuros professores boas

condições de atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, é fundamental que os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas insiram temáticas sobre violência sexual em seus currículos, de forma que os docentes trabalhem tais temas em suas disciplinas de forma programática e não somente em situações pontuais. Assim, espera-se que os licenciandos saiam da graduação com um conhecimento sólido para saberem enfrentar possíveis situações de violência sexual contra crianças e adolescentes de maneira satisfatória quando estiverem atuando como professores.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Ana Paula Pereira. **Abuso sexual e gênero: o mito do “consentimento”**. 2016. 59p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2016.
- ARAÚJO, Sabrina Ribeiro da Silva de. **A violência doméstica contra a criança: o papel do educador na rede de proteção à infância**. 2021. 67f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Departamento de Ciências Humanas e Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.
- AZEVEDO, Maria Amélia Azevedo; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. 207 p.
- BAPTISTA, Rosilene Santos et al. Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela. **Acta Paul Enferm**, v. 21, n. 4, p. 602-608. 2008.
- BORGES, Jeane Lessinger; DELL’AGLIO, Débora Dalbosco. Abuso sexual infantil: indicadores de risco e consequências no desenvolvimento de crianças. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 3, p. 528-536. 2008.
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 14 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 03 dez. 2020.
- BRASIL. Lei 13.005 de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 dez 2021.
- BRASIL. Resolução 2, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, 2 jul, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 19 dez 2021.
- BRASIL. Resolução 2 de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, 3 dez, 2019b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 19 dez 2021.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: relatório 2019**. Brasília, 2019a. 60 p.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 113-128, jul. 2003.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 2, p. 209-230, jul/dez. 2008.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de. (Coord.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. 379 p.

CASTRO, Gabriela Brito de; FRANÇA JUNIOR, Ivan. Abuso sexual infantil sob o olhar dos direitos humanos. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos, 9, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010.

CORDEIRO, Kátia Cordélia Cunha et al. Expressões da violência doméstica contra adolescentes: discursos de educadoras. **Rev Bras Enferm.**, v. 73, n. 3, p. 1-7. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira Faleiros. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. 100 p.

FERNANDES, Camila et al. As porosidades do consentimento. Pensando afetos e relações de intimidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 35, p. 165-193, ago/ago. 2020.

FONTES, Luiz Felipe Campos; CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi; MACHADO, Sthefano. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 9, p. 2919-2928. 2017.

GAGLIOTTO, Giseli; VAGLIATI, Ana Carla. A identificação da violência sexual em crianças e adolescentes no espaço escolar: limites e possibilidades de enfrentamento na voz dos professores. In: ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

GOMES, José Cleudo Gomes; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A educação continua no “armário”: reflexões sobre a inclusão da diversidade sexual nas políticas educacionais. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 9, n. 17, p. 96-114, jul/dez. 2020.

GONÇALVES, Cássia de Oliveira. **Implicações do abuso sexual no processo educacional: um olhar para a criança**. 2014. 92 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GRANVILLE-GARCIA, Ana Flávia et al. Conhecimentos e Percepção de Professores Sobre Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 18, n. 1, p.131-140. 2009.

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 2, p. 338-344. 2008.

IFSP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Avaré, 2017. Disponível em: <https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/ciencias_biologicas/Aba%20-%20Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso/PPC_Lic.%20em%20Ci%C3%A4ncias%20Biol%C3%B3gicas_2018.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

IFSP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. São Roque, 2019. Disponível em: <http://srq.ifsp.edu.br/attachments/article/149/PPC_LCB_2019.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

IFSP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Projeto pedagógico do curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Barretos, 2016. Disponível em: <<https://brt.ifsp.edu.br/phocadownload/userupload/140569/PPC%20Licenciatura%20em%20Cincias%20Biologicas%20a%20partir%20de%202017%20-%20Com%20resolu%20de%20aprovao.pdf>>. Acesso em: 18 mai 2022.

IFSP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. **Projeto pedagógico do curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://novospo.spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/GRADUACAO/CIENCIAS_BIOLOGICAS/novo/Projeto_Pedag%C3%B3gico_do_Curso_Reformula%C3%A7%C3%A3o_1%C2%BAsemestre_2016.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

INQUE, Sílvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan/mar. 2008.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Educação e Saúde).

LAVAREDA, Renata Pereira; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2015. 38 p.

LEÃO, Andreza Marques de Castro; MUZETTI, Luci Regina. Problematizando a violência sexual na formação continuada de professores/as. In: Congresso Nacional de Formação de Professores e Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, 4, 14, 2018, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, 2018.

LIBORIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Luciene dos Santos. A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente. In: Reunião Anual da ANPEd, 29, 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U., 2012.

MACHADO, Gabriella Eldereti; NARVAES, Andréa Becker; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. Políticas de formação docente e as questões de gênero e sexualidade. **Revista Communitas**, v. 5, n. 9, p. 218-239, jan/mar. 2021.

MARTELLI, Andréa Cristina. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso? In: Simpósio Internacional de Educação Sexual, 3, 2013, Maringá. **Anais...** Maringá, 2013.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva.** 3 ed. Ijuí: Unijuí, 2016. 264 p.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211. 2003.

PAIXÃO, Érica de Souza; SOUZA NETO, João Clemente de. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno. **Territorium**, v. 27, n. 1, p. 97-111. 2020.

PIETRO, Angela Torma. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do ensino fundamental.** 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Instituto de Educação, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

PIVA, Edgar Antonio et al. Prevenção à violência sexual e formação de professores: avaliação de uma proposta de intervenção. **REDIVI**, v. 1, n. 1, p. 1-14. 2013.

SANTOS, Benedito Rodrigues; IPPOLITO, Rita. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Seropédica: EDUR, 2011. 239 p.

SANTOS, Jean Jesus; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Novas diretrizes educacionais, velhas rejeições às minorias sexuais e de gênero. **Revista Communitas**, v. 5, n. 9, p. 240-254, jan/mar. 2021.

SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos. **Violência sexual e a formação de educadores – uma proposta de intervenção.** 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SANTOS, Wellen Renata Costa et al. O papel da Escola para o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças nos discursos de professores do Ensino

Fundamental em Augusto Corrêa - PA. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, mai/ago, 2018.

SAYÃO, Yara. **Refazendo laços de proteção**: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: CHILDHOOD – Instituto WCF-Brasil, 2006. 59 p.

SPAZIANI, Raquel Baptista; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Rev. Psicopedagogia**, n. 32, v. 97, p. 61-71. 2015.

SPAZIANI, Raquel Baptista; VIANNA, Cláudia Pereira. Violência sexual contra crianças: a categoria gênero nos estudos da educação. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-18. 2020.

UFABC. Universidade Federal do ABC. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Santo André, 2016. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/Boletim/consepe_resolucao_216_anexo.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. **Projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas**. Araras, s/d. Disponível em: <<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/ciencias-biologicas/ciencias-biologicas-araras-projeto-pedagogico.pdf>>. Acesso em: 18 mai 2022

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas/Integral**: Campus Sorocaba, Grade 2007/1. Sorocaba, 2010. Disponível em: <<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/ciencias-biologicas/ciencias-biologicas-licenciatura-sorocaba-projeto.doc>>. Acesso em: 18 mai 2022.

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. **Projeto político-pedagógico Licenciatura em Ciências Biológicas**. Sorocaba, 2008. Disponível em: <<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/ciencias-biologicas/ciencias-biologicas-sorocaba-licenciatura-noturno.pdf>>. Acesso em: 18 mai 2022.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **Curso de Ciências Biológicas - Modalidades**: Bacharelado/Licenciatura (integral), Licenciatura (noturno). Botucatu, 2018a. Disponível em: <https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/graduacao/cienciasbiologicas/ppp_ciencias_biologicas_30-de-novembro_30112018_final.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **Processo de Reestruturação do Curso de Graduação**

em Ciências Biológicas - Modalidades Licenciatura e Bacharelado. Jaboticabal, 2016. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/ensino/graduacao/1.-ppp_atual_cb_jaboticabal.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

UNESP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. **Projeto político-pedagógico do curso de graduação em Ciências Biológicas – IBILCE/UNESP.** São José do Rio Preto, 2018b. Disponível em: <<https://www.ibilce.unesp.br/Home/Graduacao450/cbiologicasbac-lic/c.bio.-2019-ppp-proposta-v.jan2019.pdf>>. Acesso em: 18 mai 2022.

UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas. **Projeto pedagógico de curso: graduação em Ciências Biológicas.** Campinas, 2018. Disponível em: <https://site2.ib.unicamp.br/graduacao/sites/www.ib.unicamp.br/graduacao/files/26.02.18%20PPC_Ciencias_Biologicas_UNICAMP_2018_completo.pdf>. Acesso em: 18 mai 2022.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** UNICEF, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. 56 p.

VAGLIATI, Ana Carla; CALSA, Geiva Carolina. Docentes frente à violência sexual contra meninas. In: Semana de Pedagogia da UEM - Alfabetização: para além das letras e Encontro de Pesquisa em Educação, 22, 10, 2016, Maringá. **Anais...** Maringá, 2016.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos do Silêncio:** o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar. 2014. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

VAGLIATI, Ana Carla. O professor como agente na prevenção e na identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual: feminismos, identidades de gênero e políticas públicas, 4, 2015, Maringá. **Anais...** Maringá, 2015.

VEIGA, Adriana Moreira da Rocha; MEA, Liliene Gontam Timm Della; SILVA, Weliton Martins da. O Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores: entre avanços e retrocessos. **Interacções**, n. 46, p. 146-161. 2017.

VITOR, Matheus Ribeiro; MAÍSTRO, Virgínia Lara de Andrade; TSUZUKI, Felipe. Políticas educacionais e a formação docente: o que dizem os documentos oficiais brasileiros sobre diversidade e sexualidade. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 19, n. 2, p. 93-112, maio/ago. 2021.

ZULIANI, Géssica; MANARIN, Tailize; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. O professor frente a violência sexual intrafamiliar e o impacto no desenvolvimento da aprendizagem da criança. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero, 5, 2017,

Maringá. **Anais...** Maringá, 2017.

ANEXO A – Questionário

1. Instituição de ensino e *campus*:
2. Período:
 - () Noturno
 - () Matutino
 - () Vespertino
 - () Integral
3. Sexo:
 - () Feminino () Masculino
4. Como você define a violência sexual?
5. Você conhece algum(ns) sinal(is) corporal(is) ou comportamental(is) de crianças e dos adolescentes que indicam que sofrem ou sofreram violência sexual? Qual(is)?
6. Como você entende o seu papel de professor(a) diante da situação de violência sexual contra crianças e adolescentes?
7. Que atitude você tomaria diante de uma suspeita ou confirmação de um caso de violência sexual envolvendo seus alunos? Por quê?
8. Você acredita que é papel do professor denunciar às autoridades competentes casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes?
 - () Sim () Não () Não sei
9. Você possui algum conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto à responsabilidade da escola/professor nos casos de conhecimento de violência cometida contra crianças e adolescentes? Sim? Qual(is)? Não?

10. A temática da violência sexual foi discutida em alguma disciplina de seu curso?
Se sim, em qual? _____
11. Além do contexto das disciplinas, houve alguma discussão sobre a temática da violência sexual durante o período de formação inicial? Explique _____
12. Você acha importante que o tema violência sexual seja discutido na formação de professores? Por quê?
13. Você se sente preparado(a) para atuar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes? Por quê?

PARECER APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A abordagem da temática sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas

Pesquisador: ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 48726821.7.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Agrárias

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.102.511

Apresentação do Projeto:

Os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes são alarmantes, principalmente na faixa etária de 10 a 17 anos. A escola exerce um papel fundamental no enfrentamento desta violência, sendo um local favorável para a efetivação de ações que visam a prevenção e o combate. As ações de enfrentamento se concretizam, principalmente, por meio dos professores, visto que estes estão em contato direto com as vítimas. Entretanto, estudos evidenciam a falta de conhecimento e/ou despreparo dos professores a respeito da violência sexual e apontam que grande parte dos licenciandos/licenciados não tem/tiveram contato com a temática em nenhuma disciplina durante a graduação. Em vista disso, objetiva-se analisar a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das instituições de ensino superior públicas dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Para tal, a partir da análise textual discursiva, a pesquisa adotará, inicialmente, uma análise documental dos projetos políticos dos cursos das instituições de ensino analisadas e, posteriormente, uma análise das percepções dos licenciandos a respeito da temática investigada, com apoio de formulários online.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a temática de violência sexual contra crianças e adolescentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas das instituições de ensino superior (IES) públicas dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora apresentou como riscos:

"Devido à temática da pesquisa, acredita-se que os possíveis riscos aos participantes sejam desconfortos, sentimentos e memórias desagradáveis. Entretanto, para minimizar os riscos, as perguntas não serão invasivas e a coleta será realizada de forma sigilosa, criteriosa e científica, respeitando a confidencialidade dos sujeitos e a autonomia sobre participar e recusar em qualquer momento da pesquisa. Assim, o sujeito terá flexibilidade para interromper e/ou não responder as questões que não desejar ou, até mesmo, interromper/cancelar sua participação como sujeito, em qualquer etapa da pesquisa. Além disso, o participante de pesquisa poderá acessar ao teor do conteúdo do instrumento antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada.

Considerando que no contexto de pandemia, há o risco de contágio pelo COVID-19, como medida de cautela, a coleta de dados será realizada de maneira virtual, através de formulário online (IAP) disponibilizados aos estudantes via instituições, sem que haja qualquer custo para a utilização das ferramentas, a ser acordada com os sujeitos participantes em relação à disponibilidade de horário e acesso à internet, com duração prevista de até 1 hora para preenchimento do instrumento. É de responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, assegurando o sigilo e confidencialidade. Por se tratar de um IAP disponibilizado em um ambiente virtual, há alguns riscos característicos deste ambiente, como o compartilhamento de dados com parceiros comerciais. Para reduzir estes riscos, não pretendemos coletar informações pessoais. Além disso, uma vez concluída a coleta de dados da pesquisa, será feito o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

E como benefícios:

"A pesquisa poderá desenvolver discussões e aprimoramento conceitual e de materiais didáticos, além das reflexões sobre a formação dos professores acerca da temática."

PARECER:

Os riscos e benefícios apresentados são coerentes com o escopo do projeto em questão e atendem às resoluções éticas vigentes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa que deve seguir os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº Página 02 de 510 de 2016 e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou os seguintes documentos para apreciação ética:

- . PB com informações básicas do projeto;
- . Carta resposta ao primeiro parecer proferido;
- . Versão 2 do projeto na íntegra;
- . Versão 2 do TCLE;
- . Folha de rosto assinada pela diretoria de centro.

Os documentos são suficientes para o processo de apreciação ética da pesquisa e estão de acordo com as resoluções éticas vigentes no país.

Recomendações:

APROVAÇÃO

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de ética em pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e 510 de 2016, manifesta-se por considerar “Aprovado” o projeto. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe, após

aprovação deste Comitê de Ética em Pesquisa: II – conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III – apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; IV – manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; V apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção. Este relatório final deverá ser protocolado via notificação na Plataforma Brasil. OBSERVAÇÃO: Nos documentos encaminhados por Notificação NÃO DEVE constar alteração no conteúdo do projeto. Caso o projeto tenha sofrido alterações, o pesquisador deverá submeter uma “EMENDA”.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1777287.pdf	21/09/2021 21:37:59	ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN	Aceito
Outros	Carta_Resposta_versao1_BiancaDan.pdf	21/09/2021 21:36:11	ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTCC_BiancaDan_versao2.pdf	21/09/2021 21:34:11	ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_TCC_BiancaDan_versao2.pdf	21/09/2021 21:33:45	ELAINE GOMES	Aceito

Justificativa de Ausência			MATHEUS FURLAN	
Folha de Rosto	folhaDeRosto_TCC_BiancaDan.pdf	24/06/2021 18:56:38	ELAINE GOMES MATHEUS FURLAN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SÃO CARLOS, 12 de novembro de 2021

Assinado por:
**Adriana Sanches Garcia de Araújo
(Coordenador(a))**